

Melhor do ano

José Eli da Veiga

Valor - sexta, 30 de dezembro de 2022, p. A19

No gênero não-ficção, o mais importante lançamento editorial deste “ucrani-ano” foi ***O Despertar de Tudo - Uma Nova História da Humanidade*** (Companhia das Letras, 700 páginas). Vários de seus onze capítulos são, com certeza, de leitura obrigatória nas ciências sociais, a começar pela antropologia e pela história. Mesmo que outros nem venham a ser adotados como optativos pelo outro alvo, o ensino de filosofia.

A ambivalência é fruto de dez anos de trabalho cooperativo de dois Davids: o escritor, militante anarquista e antropólogo estadunidense Graeber (1961-2020) e o britânico Wengrow (1972-), professor de arqueologia comparada no Instituto de Arqueologia do University College London. Ao concluírem a redação, o primeiro foi fulminado, por pancreatite, em Veneza, aos 59. Dez anos antes, ganhara projeção global por ser um dos próceres do movimento OWS (Occupy Wall Street). Já o segundo, bem mais jovem, parece estar satisfeito com sua exclusiva e discreta conduta acadêmica.

O resultado não disfarça o quanto é difícil conciliar a frieza analítica, requerida pela imensa ambição do subtítulo, a uma inclinação mais poética e excêntrica, escancarada pelo título. Afinal, qualquer coisa que possa ser entendida como “o despertar de tudo” é, inapelavelmente, muitíssimo mais antiga que a epopeia dos últimos 30 mil anos, perímetro do escrutínio da dupla. A vida surgiu há quase 4 bilhões de anos, e a extinção de ancestral comum a humanos e chimpanzés ocorreu há 6 milhões de anos.

Talvez também possa ser atribuída à mesmíssima dificuldade, o fato de a leitura frequentemente se tornar das mais enfadonhas e fatigantes. Quantos leitores conseguirão dar conta, com razoável atenção, de 556 páginas de texto, sentindo, com muita frequência, obrigação de consultar muitas das 845 notas, em outras 70 páginas? Inevitável ser seletivo, embora, para isto, a organização do livro em nada contribua.

Malgrado tantos defeitos, a proeza da dupla Graeber-Wengrow só poderá agradar a quem tenha dado merecida atenção às contribuições para a história do processo civilizador oferecidas por, ao menos, quatro profícuos analistas: Yuval Harari, Jared Diamond, Steven Pinker e Francis Fukuyama. Vítimas do evolucionismo linear e teleológico, criado, a partir de 1925, pelo australiano Vere Gordon Childe (1892-1957).

Por exemplo: as evidências arqueológicas acumuladas nas últimas décadas convergiram para a constatação de que foram muito mais numerosos do que se supunha os agrupamentos humanos que preferiram, em trajetórias diversas, aprofundar as suas atividades de caça, pesca e coleta, em vez de enveredarem por práticas agrícolas que chegaram a dominar. Mesmo onde o fizeram, foram milênios de transição entre o exclusivo forrageamento e a adoção de sistemas agropecuários, sem correlação obrigatória com nomadismo, sedentarismo, escravismo e urbanização. O Estado, por sua vez, só emergiu em parte das sociedades que passaram por tal transição.

Além disto, ainda é precário o conhecimento sobre tais dinâmicas fora do Crescente Fértil, como nos casos da China, dos Andes, do México, da Nova Guiné e da África. Então, é inevitável que se questione a noção de “revolução neolítica”, ou “revolução agrícola”, não apenas aceita, mas muito enaltecida pelos pensadores citados.

É claro que a comunidade dos arqueólogos não esperou pelo trabalho da dupla Graeber-Wengrow para fazer algum esforço de síntese sobre tais questões. Em outubro de 2008, já havia sido realizado, em Paris, um imenso colóquio, cujos resultados se encontram em coletânea intitulada *La Révolution Néolithique dans le Monde*, sob a direção de Jean-Paul Demoule (CNRS Éditions, 2010, 605 páginas, gratuito na internet desde 2019). Todavia, uma boa divulgação de tais conhecimentos não poderia prescindir de alguma iniciativa do tipo de *O Despertar de Tudo*, por mais que a pretensão conceitual dos dois autores tenha ido muito além.

Para a dupla, não tem suficiente relação com os fatos o “quadro geral” da história que permanece defendido por seguidores atuais tanto de Hobbes quanto de Rousseau. Isto é, a ideia de que seria possível dispor as sociedades humanas em estágios de desenvolvimento, cada qual com tecnologias e formas de organização próprias (caçadores-coletores, agricultores, sociedade urbano-industrial e assim por diante).

As origens de tais noções viriam de forte reação conservadora a certa crítica da civilização europeia, que teria começado a ganhar terreno nas primeiras décadas do século 18. Porém, tais raízes não estariam nos filósofos do Iluminismo (mesmo que a tenham inicialmente admirado e imitado), mas, sim, entre sagazes observadores indígenas da sociedade europeia, como o chefe ameríndio (huroniano) Kondiaronk.

Esta incursão pelo que chamam de “crítica indígena” consiste - para os Davids - em levar a sério contribuições ao pensamento social que vieram de fora do cânone europeu e, em particular, dos povos indígenas, aos quais os filósofos ocidentais sempre tentaram atribuir o papel de anjos ou de demônios da história.

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP: www.zeeli.pro.br